

idp

v. 4 n. 2

131

DEBATES EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

WORKING PAPER

**O PROGRAMA AMAPÁ JOVEM: AVALIAÇÃO PELA
PERSPECTIVA DE EMPREGABILIDADE DE
BENEFICIÁRIOS EM MACAPÁ-AP**

Jorge da Silva Pires

O PROGRAMA AMAPÁ JOVEM: AVALIAÇÃO PELA PERSPECTIVA DE EMPREGABILIDADE DE BENEFICIÁRIOS EM MACAPÁ-AP

JORGE DA SILVA PIRES¹

¹ Mestre em Administração Pública pelo IDP, pós-graduada em Auditoria Pública e graduada em Sociologia, pela Universidade de Brasília – UnB. E-mail: jorge@meta.edu.br

IDP

O IDP é um centro de excelência no ensino, na pesquisa e na extensão nas áreas da Administração Pública, Direito e Economia. O Instituto tem como um de seus objetivos centrais a profusão e difusão do conhecimento de assuntos estratégicos nas áreas em que atua, constituindo-se um *think tank* independente que visa contribuir para as transformações sociais, políticas e econômicas do Brasil.

DIREÇÃO E COORDENAÇÃO

Diretor Geral

Francisco Schertel

Coordenador do Mestrado Profissional em Administração Pública

Caio Resende

CONSELHO EDITORIAL

Coordenação

Paulo Castro

Renan Holtermann

Milton Mendonça

Supervisão e Revisão

Emmanuel Brasil

Luane Aguiar

Apoio Técnico

Igor Silva

Projeto gráfico e diagramação

Juliana Vasconcelos

DEBATES EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Revista Técnica voltada à divulgação de resultados preliminares de estudos e pesquisas aplicados em desenvolvimento por professores, pesquisadores e estudantes de pós-graduação com o objetivo de estimular a produção e a discussão de conhecimentos técnicos relevantes na área de Administração Pública.

Convidamos a comunidade acadêmica e profissional a enviar comentários e críticas aos autores, visando o aprimoramento dos trabalhos para futura publicação. Por seu propósito se concentrar na recepção de comentários e críticas, a Revista Debates em Administração Pública não possui ISSN e não fere o ineditismo dos trabalhos divulgados.

As publicações da Revista estão disponíveis para acesso e download gratuito no formato PDF. Acesse: www.idp.edu.br

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do IDP. **Qualquer citação** aos trabalhos da Revista só é permitida mediante autorização expressa do(s) autor(es).

SUMÁRIO

1. Introdução • • • • •	7
2. Referencial Teórico • • • • •	10
3. Metodologia • • • • •	12
4. Resultados • • • • •	17
5. Considerações finais • • • • •	24
6. Referências • • • • •	27

Resumo

O Governo do Estado do Amapá implantou a política pública chamada Amapá Jovem, com o objetivo de promover os meios que possibilitem aos jovens amapaenses conquistarem o primeiro emprego. Nesse sentido, foi realizada uma avaliação desta política pública, na busca de saber se os objetivos pré-definidos foram alcançados, sob a visão dos beneficiários da capital Macapá, e assim, identificar possíveis deficiências no desenho do programa que possam ser reelaboradas para trazerem a esperada efetividade para a juventude, mudando de forma estrutural, a perspectiva de vida deste relevante segmento da sociedade. O resultado mostrou que as hipóteses iniciais se confirmaram, quais sejam: o valor da bolsa não atende o auxílio mínimo esperado, a qualificação profissional não alcança a todos os beneficiários e o tempo de permanência no programa é insuficiente para atingir os seus objetivos. Com uma metodologia mista, quantitativa e qualitativa, a pesquisa apresenta dados estatísticos do programa, resultados de questionários e entrevistas com os beneficiários de Macapá, submetidos a técnica da análise de conteúdo de Bardin (2022). Ao final, conclui-se que o programa Amapá Jovem necessita de correção de rumos, como a vinculação de participação no programa atrelado à presença obrigatória na escola, uma qualificação profissional sistematizada e um tempo mínimo de dois anos em todo o processo para que o jovem obtenha as condições necessárias para ingressar no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Avaliação de Política Pública; Análise de Resultados; Conquista de Empregabilidade.

Abstract

The Government of the State of Amapá implemented the public policy called Amapá Jovem, with the objective of promoting the means that enable young people from Amapá to get their first job. In this sense, an evaluation of this public policy was carried out, in the search to know if the pre-defined objectives were achieved, from the point of view of the beneficiaries of the capital Macapá, and thus, to identify possible deficiencies in the design of the program that can be re-elaborated to bring the expected effectiveness for youth, structurally changing the life perspective of this relevant segment of society. The result showed that the initial hypotheses were confirmed, namely: the scholarship value does not meet the minimum expected aid, the professional qualification does not reach all beneficiaries and the length of stay in the program is insufficient to achieve its objectives. With a mixed methodology, quantitative and qualitative, the research presents statistical data of the program, results of questionnaires and interviews with beneficiaries of Macapá,

submitted to Bardin's technique of content analysis (2022). In the end, it is concluded that the Amapá Jovem program needs course correction, such as linking participation in the program linked to mandatory attendance at school, a systematized professional qualification and a minimum time of two years throughout the process so that the young obtain the necessary conditions to enter the labor market.

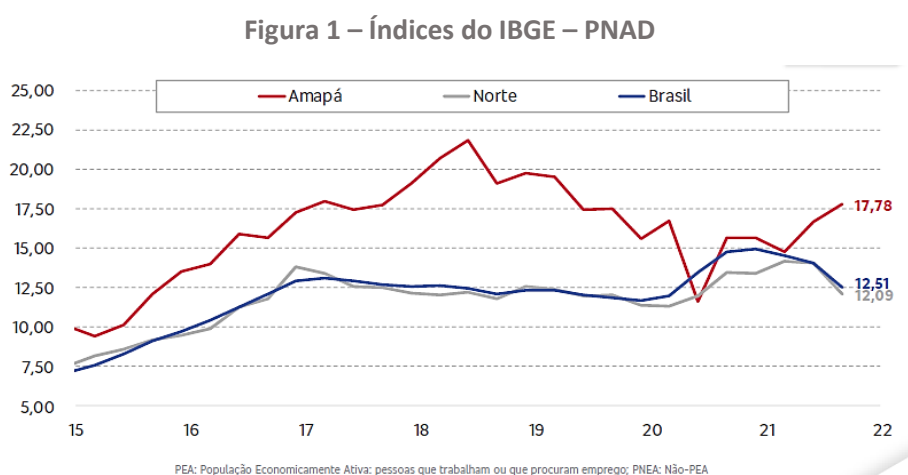
Keywords: Public Policy Evaluation; Results analysis; e Achievement of Employability.

1. INTRODUÇÃO

Com a implementação do Programa Bolsa Família – PBF, do Jovem Aprendiz e de outros que trouxeram a transferência de renda para a população mais vulnerável, o Brasil passou a investir substancialmente em políticas capazes de mudar a realidade de inúmeras famílias, de forma estrutural, trazendo expectativas positivas a seus filhos e a própria sociedade como um todo.

Nessa mesma linha o governo do Amapá apresentou, em 2009, um projeto na Assembleia Legislativa criando o programa Amapá Jovem, para todos que estejam compreendidos na faixa etária de 15 a 29 anos.

O cidadão amapaense está entre os mais carentes de investimentos nas áreas da saúde, assistência social, educação, trabalho e juventude. Seguindo a tendência nacional sobre as dificuldades de obtenção de emprego e renda, o Estado do Amapá, de acordo com os índices encontrados pelo IBGE – PNAD Contínua, destaca-se negativamente, conforme é demonstrado no gráfico abaixo:



Fonte: <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>.

Além disso, a falta de experiência e a pressão pela busca do primeiro emprego são fatores que contribuem para a juventude sofrer o maior desgaste no início da vida

profissional, muitas vezes levando-os a uma vida de mera subsistência em trabalhos com pouca ou nenhuma qualificação e baixa remuneração.²

Diante deste cenário o governo estadual sancionou, em junho de 2009, a lei 1.342³, regulamentada pelo Decreto 2.937⁴ de 17 de agosto de 2009, que instituiu o programa Amapá Jovem.

Trouxe a seguinte definição do programa:

Lei 1.342/2009, Art. 2º - O Programa “Amapá Jovem” funda-se na transversalidade das políticas públicas, com ações voltadas para a Assistência Social, para o Trabalho e Empreendedorismo, para a Educação, para o Meio Ambiente e para o Esporte, Cultura e Lazer, possibilitando a emancipação dos jovens da situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal, assim como, os jovens em situações de aprendizagem, formação e qualificação profissional.

Como o Amapá Jovem visa promover empregabilidade aos participantes, é pertinente que se faça uma avaliação que ratifique o sucesso ou identifique falhas dessa política pública. A pesquisa parte em busca de informações que demonstrem quais parâmetros podem se manter e qual deles merecem alguma correção de rumo para atender aos objetivos do programa.

Importante destacar que não se trata de uma Avaliação de Impacto, mas de uma Análise de Resultados, considerando os investimentos, quantitativos de público atendido e possíveis metas alcançadas.

Com previsão de pagamento de uma bolsa, um determinado tempo de benefício e qualificação profissional, o Amapá Jovem se propõe a promover condições necessárias que

² CÂMARA APROVA SUBSTITUTIVO À MP 1.045 E APROFUNDA PRECARIZAÇÃO. Disponível em <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2021/notaTec262MP1045Minirreformatrabalhista.html>>. Acesso em: 01/10/2022.

³ LEI 1.342 DE 29 DE JUNHO DE 2009. Disponível em <http://www.al.ap.gov.br/ver_texto_consolidado.php?iddocumento=25983>. Acesso em: 12/07/2021.

⁴ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO AMAPÁ. Disponível em <<https://seadantigo.portal.ap.gov.br/diario/DOEn4561.pdf?ts=22030616>>. Acesso em: 13/09/2022.

viabilizem o (primeiro) emprego, com possíveis consequências indiretas, como por exemplo maior escolaridade, estabilidade familiar e desenvolvimento do empreendedorismo.

A pesquisa parte de um recorte de 2018 a 2020, com o intuito de verificar a avaliação sob o ponto de vista da empregabilidade de beneficiários participantes do estudo e obter respostas mais consistentes.

Assim, tem-se a seguinte indagação: Os elementos constantes do programa Amapá Jovem - bolsa, qualificação profissional e tempo de benefício, contribuem para a empregabilidade dos beneficiários em Macapá?

As hipóteses a serem verificadas são: a) a bolsa é insuficiente para o beneficiário atingir a empregabilidade; b) a qualificação profissional oferecida pelo programa não alcança a todos os beneficiários, não sendo um diferencial para gerar empregabilidade e c) o tempo de permanência com o benefício não é o bastante para se chegar aos resultados pretendidos.

Com isso, o objetivo geral é averiguar se as prerrogativas ofertadas pelo Amapá Jovem, como a bolsa e os convênios para a qualificação profissional, além do tempo de participação, são suficientes para a conquista da empregabilidade, sob a análise de beneficiários de Macapá-Ap.

O local escolhido para a pesquisa é a capital Macapá, por ser o município que concentra aproximadamente 60% da população do Estado. Além disso, também é onde se encontra, com maior densidade, todas as variáveis a serem analisadas neste trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Os processos de monitoramento e avaliação no Brasil ainda estão em estágio incipiente, acadêmico, principalmente sob o olhar dos governantes, que tem grande preocupação em ser efetivos e ter eficácia em suas ações, no entanto, relegam a segundo plano a efetividade das políticas públicas desenvolvidas, não considerando as condições que possam viabilizar o trabalho de buscar as causas dos resultados encontrados e assim

potencializar os possíveis impactos positivos e suas consequências para a sociedade (FINKLER; DELL'AGLIO, 2013).

É preciso mudar esse entendimento, desenvolver instrumentos de medição, de monitoramento e avaliação, como o pesquisador Paulo Jannuzzi (2014) escreve sobre a necessidade organização e informação por parte de gestores:

[...] processos articulados de levantamento, organização e disseminação de informação e conhecimento para o ciclo de gestão de políticas e programas públicos, dirigidos a subsidiar o aprimoramento de seu desenho e sua gestão, garantir mais transparência de ação governamental, ou, ainda, prover evidências do mérito e da efetividade de políticas e programas (JANNUZZI, 2014)

Sob o prisma da Democracia, Freitas e Teixeira (2019) afirmam categoricamente que avaliar política pública é um dos pilares do aprofundamento necessário que as novas tecnologias digitais trouxeram ao cenário político, uma vez que demandas normalmente afastadas pelos governos, agora tornam-se presentes, fazendo com que eles busquem soluções ao mesmo tempo em que são avaliados, em razão de resultados satisfatórios ou insatisfatórios, diretamente pela comunidade envolvida.

As transferências de renda são utilizadas como alternativa eficiente para promover cidadania. Entretanto, o efeito buscado tende a ser mais perceptível se houver certos condicionamentos, como ocorre no programa Bolsa Família, que apresenta um foco claro tanto na população específica, quanto na condição de manter os filhos na escola (NERI, 2017).

Outro aspecto relevante é que o jovem opta por trabalhar muitas vezes em detrimento do estudo, contribuindo para o abismo da desigualdade social. Inversamente, os que conseguem manter-se no sistema educacional ingressam no mercado de trabalho em condições superiores de oportunidades ocupacionais futuras. Nesse contexto, programas de

transferência de renda podem fazer com que este continue até o final do ciclo educacional, provocando a ascensão da mobilidade social (CACCIAMALI; TATEI, 2017).

Além da permanência e desenvolvimento educacional, uma outra consequência dessa política é o empreendedorismo, que segundo Martins, Veiga e Cortez (2020) é uma solução de bem-estar para os jovens, que buscam "prestígio, necessidades, influências", enfim, decisão que tomam para se estabelecer como pessoas de direitos, embora a pesquisa demonstre a grande urgência de suporte para a educação, saúde e alternativas de trabalho.

Algumas políticas públicas estaduais foram avaliadas e apresentam resultados satisfatórios com *outcomes* positivos que justificam sua continuidade, bem como outras mostraram-se insuficientes para modificar a realidade que pretendiam intervir e auferir mudanças estruturais, como veremos no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Avaliações efetivadas

Políticas / Variáveis	Transferência de Renda	Qualificação Profissional	Tempo de Permanência	Análise de Resultado
Bolsa Família (Br)	Sim*	Não	Condicionada	Bom
De Braços Abertos (Sp)	Indireta*	Sim	Não condicionada	Bom
Bolsa Permanência (Pe)	Sim*	Indireta	Condicionado	Regular
Maranhão Profissionalizado (Ma)	Não	Sim	Não condicionada	Ruim
Amapá Jovem (Ap)	Sim	Sim	Um ano	?
*Com contrapartida				

Fonte: Acervo pessoal (2022).

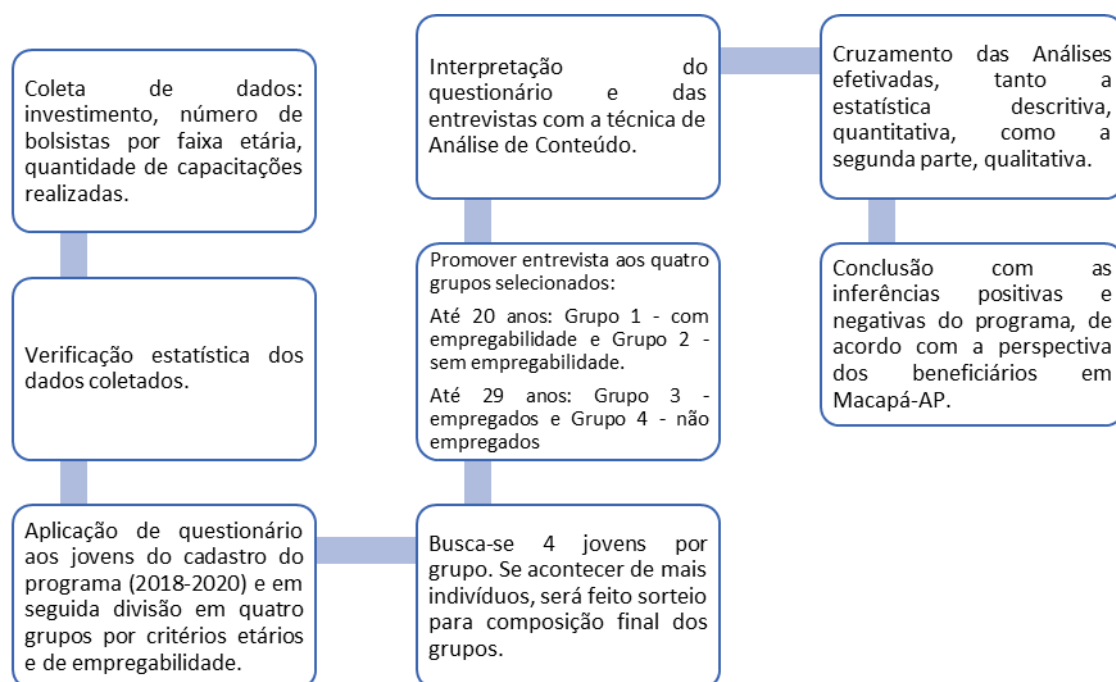
Como pode ser observado, pesquisas e/ou avaliações efetivadas são um norte para gestores públicos definirem variáveis e rumos com segurança, continuidade ou

descontinuidade, participação da comunidade interessada e consequente otimização dos orçamentos disponíveis.

3. METODOLOGIA

A ideia central é utilizar técnicas que permitam trazer informações contundentes sobre os pressupostos do programa Amapá Jovem. Nesse sentido e considerando todas as dificuldades de disponibilização de dados que se avizinham, optou-se por uma metodologia mista, quantitativa e qualitativa, a fim de demonstrar pontos críticos que precisem ser remodelados se forem negativos ou continuados se positivos, de acordo com o desenho a seguir:

Figura 2 – Metodologia utilizada



Fonte: Elaboração própria por meio do acervo pessoal (2022).

Um grande desafio que se apresenta é definir uma metodologia segura, capaz de permitir estimar o alcance e o efeito de uma política pública no Brasil, uma vez que de

modo geral, elas são planejadas e executadas com omissão de pré-requisitos básicos para a respectiva aferição de resultados.

Assim, partiu-se para uma Análise de Resultados, considerando os relatórios existentes, o grande número de beneficiários atendidos, bem como a informação da Secretaria da Juventude sobre a aplicação de todos os itens inicialmente planejados na cidade de Macapá, que é composta por mais de 60% da população do Estado do Amapá.

Os autores Santos et al. (2017) chamam de “Explanatória Sequencial”, a maneira como se tratam os dados e informações de forma sequencial, analisando-se primeiro quantitativamente para em seguida desenvolver a busca das questões qualitativas.

Nesse contexto, os números encontrados em uma metodologia quantitativa estabelecem os parâmetros a serem observados, além disso, permitem a definição ou o melhor direcionamento das perguntas a serem elaboradas para respondentes em questionários e/ou entrevistas do método qualitativo (SANTOS et al., 2017).

Inicialmente, com os dados disponíveis, serão utilizadas técnicas da estatística descritiva, visando construir um quadro amplo de todo o funcionamento do programa, com informações sobre investimento, número de bolsistas por faixa etária, quantidade de capacitações realizadas e outros números relevantes encontrados na base de dados disponibilizada.

3.1 Coleta de Dados

Como previsto, obter os dados do programa mostrou-se um grande desafio. Não foram encontrados dados sobre quantitativos de beneficiários, valores efetivamente pagos e tampouco registros de qualificação que tenham ocorrido no período selecionado.

A Secretaria da Juventude não apresentou relatórios sistematizados dos anos pesquisados. Então, seguiu-se para a busca do relatório de gestão que é obrigatoriamente apresentado ao Tribunal de Contas do Estado. Infelizmente o relatório encontrado também não apresentou de forma detalhada a efetiva execução dessa política pública, limitando-se a quantitativos, por vezes confusos, e totalização de pagamentos efetivados pelo Estado.

O levantamento com a construção de tabelas e gráficos, proporcionou leituras mais expressivas dos dados, trazendo uma compreensão ampla de todo o movimento empreendido na execução da política aqui analisada.

Ao final desse primeiro momento, iniciou-se a preparação da segunda fase, onde ocorreu a aplicação de questionário, da entrevista e da análise de conteúdo, com o intuito de completar os itens necessários para as inferências finais.

3.2 O Questionário

A partir desse momento iniciou-se a parte qualitativa, ou seja, quando se buscou entender e significar o objeto de estudo a partir das respostas provenientes do questionário e das entrevistas para a observação e análise de conteúdo.

Após a definição das inquisições aplicou-se o questionário a cerca de 2 (dois) mil jovens participantes, de acordo com o endereço eletrônico constante no banco de dados disponibilizado pela Secretaria da Juventude do Estado do Amapá, que apresentava mais de 15 mil beneficiários no período pesquisado.

O critério definido foi o corte dos anos de 2018, 2019 e 2020 e esperava-se um índice de resposta de 1 a 3% (um a três por cento) dos respondentes.

Assim que finalizou a aplicação dos questionários, foi feito um sorteio para obtenção de quatro grupos de beneficiários (cada um com 4 integrantes) para participar da Entrevista, separados por faixa etária, entre aqueles que obtiveram a empregabilidade e os que não alcançaram esse objetivo.

3.3 A ENTREVISTA

Visando obter um maior aprofundamento sobre o funcionamento do Amapá Jovem, foi realizado a coleta de forma subjetiva, com a técnica de pesquisa definida como entrevista. Buscava-se saber as condições em que chegam as premissas adotadas pelo governo do ponto de vista do jovem beneficiário. Suas práticas socioculturais, como a

relevância da escola, a dificuldade de encontrar trabalho e ouvir o que pode estar contribuindo para a melhoria das condições e oportunidades, além daquelas ações que foram insuficientes e que precisam evoluir para atingir as finalidades propostas.

Logo, as questões respondidas foram colocadas de modo a estabelecer um debate entre os participantes, conduzidos por inquisições que orientassem as respostas desejadas e trafegassem de forma leve e flexível, porém com a objetividade necessária para a pretensão de toda a entrevista.

3.4 Análise de Conteúdo

Na obra de Bardin (2022) encontra-se o método de pesquisa denominado Análise de Conteúdo, que compreende três momentos:

- a) A pré-análise – visa organizar o material de pesquisa, sistematizando através de “uma leitura flutuante” obtendo-se as primeiras informações da pesquisa (BARDIN, 2022, p. 121).
- b) Categorização e/ou Codificação – esse segundo momento tem como objetivo a definição da categorização que é uma “classificação de elementos constitutivos” utilizando-se critérios definidos antes da análise (BARDIN, 2022, p. 145).
- c) Tratamento dos resultados, inferências e interpretação – os resultados devem ser tratados “de maneira a serem significativos e válidos” (BARDIN, 2022, p. 122).

É o rigor dessa sistematização que evita qualquer ambiguidade, garantindo a premissa fundamental da análise a ser feita.

Assim para garantir que exista uma única dimensão para análise, a chamada homogeneidade, separou-se em novas categorias, a fim de se perceber outro nível de análise. Seguindo-se da pertinência, ou seja, de um entrelaçamento dos objetivos visados pelo pesquisador.

Tais inferências visaram perceber o conteúdo quase subliminar, aquela ideia que possa estar implícita, em uma busca de encontrar o sentido que possa estar além do que se mostra.

Os autores Souza e Santos (2020) caracterizam a análise de conteúdo bastante consistente, por se tratar de uma técnica estruturada em regras que propiciam ao pesquisador buscar todo o potencial que um “fato, fenômeno ou de uma resposta dada por um sujeito de pesquisa” (SOUZA; SANTOS, 2020).

Foi deste modo, utilizando a estatística descritiva, o questionário, a entrevista e a técnica de Análise de Conteúdo, que possibilitou a se chegar a interpretações precisas e consistentes, em uma abrangência com uma amplitude capaz de estabelecer o alcance real da política Amapá Jovem no período pesquisado.

4.RESULTADOS

4.1 Investimento

Sobre o perfil de investimento do Programa, a coordenação estadual do Amapá Jovem executa a projeção orçamentária com base nos objetivos pré-estabelecidos. Os dados que versam essa seara encontram-se disponíveis no Sistema de Planejamento Governamental (SIPLAG).

Em 2018, o valor da bolsa foi estabelecido em R\$ 120,00 (cento e vinte reais) totalizando R\$ 2.875.800,00 (Dois milhões, oitocentos e setenta e cinco mil e oitocentos reais), tendo como objetivo garantir ajuda direta aos beneficiários, além de prever a participação em cursos de orientação e qualificação profissional. Já no ano de 2019 a dotação inicial foi de R\$ 6.451.320,00 (Seis milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil, trezentos e vinte reais). Em 2020, por meio de ações positivas e inserções culturais dos jovens amapaenses, ela foi de R\$ 8.456.160,00 (Oito milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, cento e sessenta reais).

A tabela a seguir resume os investimentos realizados no período:

Quadro 2 – Investimentos realizados

Ano	Valor da bolsa (R\$)	Total ano/geral (R\$)	Incremento anual
2018	120	2.875.800,00	-
2019	120	6.451.320,00	224%
2020	120	8.456.160,00	131%
	Investimento:	R\$ 17.783.280,00	-

Fonte: Acervo pessoal (2022).

Nota-se que o governo amapaense promoveu um aumento do investimento de forma significativa, desde 2018 até 2020, em uma demonstração de forte apoio ao programa, visando contemplar o segmento jovem amapaense.

4.2 Políticas Transversais

O grupo contemplado pelo Programa Amapá Jovem entre os anos de 2018-2020 compreendia um perfil de 60,4% de mulheres e 39,6% de homens. Em relação a idade, 43,4% tinham até 20 anos.

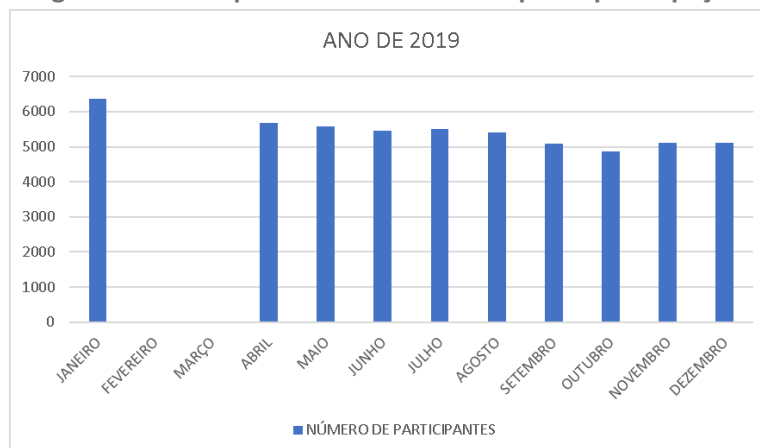
No ano de 2018, foram instauradas e aplicadas as políticas de assistência social e políticas para Afrodescendentes (SEAFRO). Em 2019, foram aplicadas as políticas de assistência social e de passe livre estudantil. Já em 2020, foram aplicados o chamado “renda para viver melhor”, programa juventude e cidadania, programa social estudantil, educação alimentar e nutricional e o programa de aquisição de alimentos.

Todavia, não há registros do número de capacitações realizadas, reduzindo o número de dados contido no relatório que seguiu ao Tribunal de Contas do Estado a referências genéricas de ações aplicadas ao público beneficiado ao Amapá Jovem.

4.3 Tempo de Participação

Em 2018, o programa alcançou o total de 5.815 jovens. No ano seguinte, houve uma participação inicial de 6.361 jovens e final de 5.116 participantes, com uma média de 3.848,5 no primeiro semestre e 5.111,6 no segundo.

Figura 3 – Participantes conforme o tempo de participação.



Fonte: SIPLAG (2019).

No ano de 2020 houve a inclusão de 1.788 novos bolsistas, e 131 desligamentos no programa foram observados. Apenas 12, por conseguir vínculo empregatício e os demais 119, foram ocasionados pelo limite de idade para participação nesta política pública.

A média do primeiro semestre de 2020 foi de 5.533,66 participantes, enquanto no segundo semestre foi de 6.487,16.

Figura 4 – Participantes conforme o tempo de participação.



Fonte: SIPLAG (2020).

Os dados mostram que o governo incrementou o investimento no programa, porém com pouca eficácia, pois visou ampliar o número de participantes por meio do pagamento

da bolsa sem qualquer tipo de planejamento orçamentário ou financeiro. Isso resultou em atrasos nas bolsas, desistências e pouca efetividade para o atingimento dos objetivos iniciais.

Quadro 2 – Número de participantes por ano.

Ano	Número de Participantes
2018	5.815
2019	6.361
2020	6.487

Fonte: Acervo pessoal (2022).

Esses números sofrem grande variação anual, com muitos beneficiários que entram e saem ao longo do ano.

4.4 O Questionário

Seguindo o que foi definido para a aplicação do questionário, foram encaminhados 2.050 formulários pelo sistema de Formulário Google, obtendo-se pouco mais de 3% de respondentes.

Em um quadro resumo, pode-se verificar uma forte tendência dos respondentes em criticarem o programa:

Quadro 3 - Resumo Questionário

A Bolsa recebida é suficiente?	Para 94% o valor da bolsa é insuficiente.
O valor ficou com você?	80% responderam que ficou com o valor recebido.
Os pagamentos foram regulares?	94% dizem que os pagamentos foram irregulares.
Você estava na escola antes do programa?	Cerca de 20% estavam fora da escola.
Se não estava na escola, voltou por conta do programa?	Dos que estavam fora, apenas 31% voltaram para a escola.
Você estagiou em algum órgão ou empresa?	71,6% responderam que não.
Você participou de alguma	73% não participou de qualquer capacitação.

capacitação?	
O Prazo de 01 ano atendeu suas expectativas?	Apenas 9% responderam positivamente.
Após participar do programa, você está mais preparado para o primeiro emprego?	88% não perceberam qualquer mudança positiva.
Você pensa em ser empreendedor?	Apenas 7,5% responderam que sim.

Fonte: Questionário aplicado com interpretação do autor.

4.5 AS Entrevistas

Devido ao curto prazo de participação no programa, encontrar jovens dispostos a participar da entrevista foi um grande desafio. Especialmente, aqueles que obtiveram sucesso no primeiro emprego em razão da participação no programa governamental amapaense. Entre os desempregados foi feito um sorteio dos respondentes do questionário. Em relação aos empregados, buscou-se indicações que atenderam somente a formação de um grupo.

Nesse sentido, as entrevistas foram divididas em três grupos, sendo o Grupo A com oito beneficiários de 17, 18 e 19 anos, o Grupo B com sete jovens de 20 e 21 anos, sendo que A e B com todos desempregados e apenas o Grupo C com quatro beneficiários de 19 a 23 anos, com emprego regular após a passagem pelo programa.

Para cada pergunta indutora foi solicitado que o entrevistado preenchesse um formulário onde era dado uma nota para cada palavra previamente codificada. Além disso, verificou-se sempre palavras ou expressões distintas daquelas inicialmente codificadas.

As entrevistas aconteceram em duas salas de aula de uma escola pública, situada no centro de Macapá, com a presença única do pesquisador e dos beneficiários que atenderam ao chamado.

Quadro 4 – Valor utilizado para crescimento profissional.

Pergunta Indutora 1: Você utilizou o valor recebido em seu crescimento profissional?	Codificação: Crescimento Profissional
Grupo A (8 membros, entre 17 e 19 anos, desempregados).	Expressão Distinta: material escolar (3)
Grupo B (7 membros, entre 20 e 21 anos, desempregados).	Expressão Distinta: transporte (4)
Grupo C (4 membros, entre 19 e 23 anos, empregados).	Expressão Distinta: transporte (2)

Fonte: Acervo pessoal (2022).

Observações: o grupo A utilizou o recurso na escola, pois ainda estavam estudando. O grupo B e C utilizou como ajuda de transporte e alimento, pois já havia a necessidade de buscar trabalho. De maneira geral, todos criticaram o valor da bolsa, todavia reconheceram a importância dessa ajuda na vida de cada jovem beneficiário.

Quadro 5 – Frequentou capacitação profissional.

Pergunta Indutora 2: Você frequentou a alguma capacitação profissional oferecida pelo Amapá Jovem?	Codificação: Capacitação Profissional
Grupo A (8 membros, entre 17 e 19 anos, desempregados).	Expressão Distinta: não fiz estágio (4)
Grupo B (7 membros, entre 20 e 21 anos, desempregados).	Expressão Distinta: sem estágio (5)
Grupo C (4 membros, entre 19 e 23 anos, empregados).	Expressão Distinta: palestra escolar (2)

Fonte: Acervo pessoal (2022).

Observações: Todos os entrevistados foram unânimes ao afirmar que a capacitação foi a maior decepção do programa. Sem planejamento, na prática quase não foi ofertada. E as poucas direcionadas aos beneficiários eram apenas para generalidades, como participar de palestras isoladas, com temas que não faziam relação com capacitação para o trabalho.

Quadro 6 – Prazo estabelecido do programa.

Pergunta Indutora 3: O prazo estabelecido de um ano para participar do programa é suficiente?		Codificação: Prazo 1 (um) ano
Grupo A (8 membros, entre 17 e 19 anos, desempregados).	Expressão Distinta: tanto faz (5)	
Grupo B (7 membros, entre 20 e 21 anos, desempregados).	Expressão Distinta: não importa (4)	
Grupo C (4 membros, entre 19 e 23 anos, empregados).	Expressão Distinta: deveria ser maior (3)	

Fonte: Acervo pessoal (2022).

Observações: Os respondentes do Grupo A mostraram dar pouca importância para esse item. Já o Grupo B apresentou maior tendência em concordar com o tempo estipulado. Coube ao Grupo C um tom mais crítico, pois foram muito duros na avaliação, dizendo que um ano é pouco para o desenvolvimento das condições para alcançar o primeiro emprego.

Quadro 7 – Preparação para o mercado de trabalho.

Pergunta Indutora 4: Depois de participar do programa, você está preparado para o mercado de trabalho?		Codificação: Mercado de Trabalho
Grupo A (8 membros, entre 17 e 19 anos, desempregados).	Expressão Distinta: nada mudou (4)	
Grupo B (7 membros, entre 20 e 21 anos, desempregados).	Expressão Distinta: chegou nem perto (5)	
Grupo C (4 membros, entre 19 e 23 anos, empregados).	Expressão Distinta: consegui por minha conta (3)	

Fonte: Acervo pessoal (2022).

Observações: Mais uma vez as respostas foram na mesma direção, deixando muito claro que o programa foi insuficiente em relação a preparação do jovem macapaense para a conquista do primeiro emprego.

Quadro 8 – Pretende ser empreendedor.

Pergunta Indutora 5: Você pensa em se tornar um empreendedor?		Codificação: Empreendedorismo
Grupo A (8 membros, entre 17 e 19 anos, desempregados).		Expressão Distinta: quero emprego (6)
Grupo B (7 membros, entre 20 e 21 anos, desempregados).		Expressão Distinta: quero ser policial (3)
Grupo C (4 membros, entre 19 e 23 anos, empregados).		Expressão Distinta: aumentar a renda (2)

Fonte: Acervo pessoal (2022).

Observações: O grupo A quer emprego, e não considera por enquanto buscar o caminho do empreendedorismo. O grupo B também não quer empreender e ainda apresenta o sonho de passar em concurso público. O grupo C, único que está empregado, demonstra que não está satisfeito e considera a alternativa de empreender na busca de melhorar a renda.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise dos dados levantados, têm-se uma série de desafios em termos de metodologia de pesquisa. Os principais sistemas governamentais responsáveis pela política pública Amapá Jovem não registram quaisquer das atividades, limitando-se a apresentar um relatório genérico e quantitativo como a quantidade de bolsas disponibilizadas e o valor total do investimento.

Ainda assim, é possível considerar que o recurso empenhado no programa é suficiente para se obter resultados satisfatórios. Entretanto, a falta de planejamento para desenvolver a qualificação profissional almejada prejudica qualquer efetividade maior do programa.

No âmbito da pesquisa qualitativa, as respostas obtidas com a aplicação do questionário demonstram a dicotomia entre os objetivos do programa e a realidade vivenciada pelos beneficiários. Não apenas o número de beneficiários que tiveram qualificação profissional é baixo, como também os atrasos recorrentes no pagamento das bolsas elevam o descrédito dos jovens amapaenses com o programa.

É importante registrar que o desenho do programa prevê uma forte relação com as Secretarias do próprio governo, o que não ocorreu. Esse fator pode ter contribuído para uma implementação deficitária e levado ao resultado abaixo do esperado.

Em um segundo momento, quando os grupos se dispõem a responder uma entrevista, todas as variáveis analisadas são ratificadas. Muitas vezes, as respostas são contundentes e revelam que o jovem tem plena consciência da falta de maior engajamento na aplicação dessa política pública.

A análise de resultados aqui apresentada comprova todas as hipóteses: o valor da bolsa praticada é insuficiente; a qualificação profissional é aquém do esperado; e o tempo de permanência não é capaz de atender os objetivos do programa.

Por fim, elencamos algumas sugestões que poderão contribuir para alterar os resultados dessa política pública para o jovem do Estado do Amapá:

- a) Estabelecer novos parâmetros para o programa, como modificar a idade inicial de 15 para 18 anos;
- b) Exigir a contrapartida da participação no programa atrelada a escola, de modo que se valorize a formação escolar desse jovem;

- c) Reduzir o quantitativo de beneficiários buscando um maior equilíbrio entre a bolsa ofertada e a garantia da qualificação profissional, garantindo a regularidade do pagamento da bolsa ofertada;
- d) Instituir a obrigatoriedade de contratação de jovens para o primeiro emprego nas empresas que receberem incentivos fiscais;
- e) Incluir convênios com a iniciativa privada;
- f) Instituir um Fundo Estadual da Juventude;
- g) Estabelecer um Planejamento Estratégico de Metas;
- h) Implantar um sistema de acompanhamento dos participantes e suas atividades garantindo o monitoramento e a avaliação recorrente do programa.

6. REFERÊNCIAS

AMAPÁ. Assembleia Legislativa do Amapá. **Lei 1.342/2009, Criação Programa Amapá Jovem.** Disponível em: http://www.al.ap.gov.br/ver_texto_consolidado.php?iddocumento=25983 Acesso em: 23 fev. 2022.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 1977. p. 222.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA. **Diagnóstico da Inserção dos Jovens Brasileiros no Mercado de Trabalho em um Contexto de Crise e Maior Flexibilização.** Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/200707_ri_diagnostico_de_insercao_de_jovens.pdf Acesso em: 26 fev. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP. **RESUMO TÉCNICO DO ESTADO DO AMAPÁ/CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2019.** Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_do_estado_do_amapa_censo_da_educacao_basica_2019.pdf Acesso em: 26 fev. 2022.

CACCIAMALI, M. C.; TATI, F. **Impacto do desemprego e da informalidade sobre a empregabilidade e a renda futura do jovem.** Boletim regional, urbano e ambiental. p. 57-69, 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim_regional/170531_bru_16_ens aio06.pdf. Acesso em: 3 out. 2021.

CAPELLA, A. C. N. **Formulação de Políticas Públicas.** Brasília: Enap, 2018. 151 p.: il. Disponível em: <<http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3332>> Acesso em: 21 mar. 2022.

CORREIO, M. A. N.; CORREIO, S. R. S. **Desemprego de jovens amapaenses com escolarização superior em Macapá e Santana.** 2016. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/27865>> Acesso em: 5 mar. 2022.

DIEESE. **Câmara aprova substitutivo à Medida Provisória nº 1.045 e aprofunda precarização.** 2021. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2021/notaTec262MP1045Minirreformatrabalhista.pdf>>. Acesso em: 1 outubro 2022.

FINKLER, L.; DELL'AGLIO, D. D. **Reflexões sobre avaliação de programas e projetos sociais.** Barbaroi, Santa Cruz do Sul, n. 38, p. 126-144, jun. 2013.

FREITAS, J.; TEIXEIRA, A. V. **Democracia Digital e Avaliação Continuada de Políticas Públicas.** Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, n. 119, p. 227-252, jul.-dez., 2019. DOI: 10.9732/P.0034-7191.2019V119P227. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/19190/2/Democracia_digital_e_avali ao_continuada_de_polticas_pblicas.pdf> Acesso em: 6 mar. 2022.

GEA. Governo do Estado do Amapá. Decreto 2.937/2009. **Regulamenta o Programa Amapá Jovem.** Disponível em: <<https://seadantigo.portal.ap.gov.br/diario/DOEn4561.pdf?ts=22030616>> Acesso em: 1 mar. 2022.

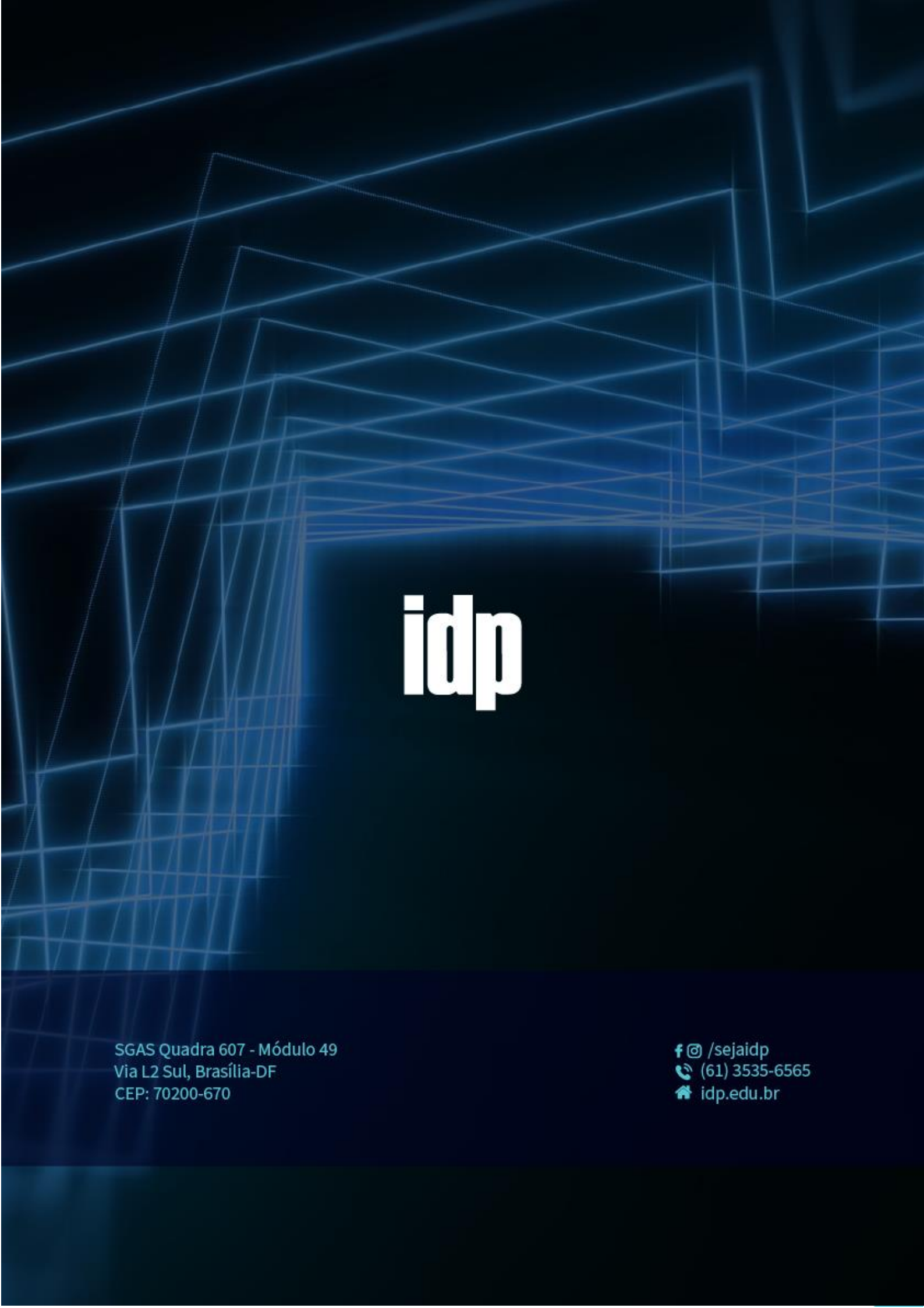
JANNUZZI, P. M. **Economia Política e Avaliação em Políticas Públicas no Brasil Pós-2014.** Cadernos de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 29, 2021. DOI.org/10.1590/1414-462X202199010366.

MARTINS, L. P.; VEIGA, H. M. DA S.; CORTEZ, P. A. **Motivações e Dificuldades Vivenciadas por Jovens Empreendedores: estudo qualitativo.** Revista de Psicologia, Fortaleza, v. 11, n. 2, p. 78-93, jul. 2020. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/42438>> Acesso em: 29 out. 2021.

NERI, M. **Uma Próxima Geração de Programas de Transferência de Renda Condicionada.** Revista de Administração Pública-RAP, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/TB8TbqJdSwf3qcZWpt89X4S/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em: 18 out. 2021.

SANTOS, J. L. G.; ERDMANN, A. L.; MEIRELLES, B. H. S.; LANZONI, G. M. M.; CUNHA, V. P.; ROSS, R. **Integração entre Dados Quantitativos e Qualitativos em uma Pesquisa de Métodos Mistos.** 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tce/a/cXFB8wSVvTm6zMTx3GQLWcM/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em: 31 out. 2021.

SOUSA, J. R.; SANTOS, S. C. M. **Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer.** Pesquisa e Debate em Educação, Juiz de Fora, v. 10, n. 2, p. 1396-1416, jul.- dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2020.v10.31559>. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/31559>> Acesso em: 08 nov. 2022.



idp

SGAS Quadra 607 - Módulo 49
Via L2 Sul, Brasília-DF
CEP: 70200-670

  /sejaidp
 (61) 3535-6565
 idp.edu.br